A EDUCAÇÃO INVISÍVEL E SEM VOZ NOS CONSELHOS DE CLASSES[1]

João Luís Coletto da Silva, Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC),
dicoletto@hotmail.com

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar a presença e a contribuição da Educação Física nos conselhos de classes dentro do Ensino Médio Politécnico. O estudo contém uma abordagem metodológica qualitativa, com o tipo de estudo etnográfico. A pesquisa permite compreender que os docentes tiveram dificuldades para entender e aplicar a avaliação do Ensino Médio Politécnico, além disso, por motivos de ordem estrutural, os professores estiveram ausentes dos conselhos de classes.

Palavras-chave: Conselhos de classes; Ensino Médio Politécnico.

INTRODUÇÃO

A avaliação da Educação Física (EF) é ainda um dos fundamentos pedagógicos mais complexos de ser compreendido e aplicado, por variados motivos, que vão desde as concepções hegemônicas, até as políticas de avaliações que instrumentalizam um caráter de exclusão e de competição. Esse agravante é também vivenciado e presenciado no conselho de classes (CC).

O CC é uma das últimas etapas do fundamento da avaliação do Ensino Médio Politécnico (EMP). Segundo Hoffmann (2014), este é um momento importante para qualificar ainda mais os processos educacionais, mas nem sempre seria visto e percebido de tal maneira, pois, sua forma clássica é ainda entendida e exercitada por determinados sujeitos e instituições educativas como uma ocasião burocrática, sem agregar um grande valor.

Este artigo tem o objetivo de analisar a presença e a contribuição da EF nos CC dentro da proposta do EMP. O EMP determinou que as escolas da rede realizassem uma avaliação emancipatória, que contemplaria algumas características distantes das concepções e práticas avaliativas tradicionais, como, por exemplo, a expressão dos resultados por meio de conceitos e realizada em dois momentos: primeiro, com os componentes e, após, com as áreas de conhecimentos, que se integrariam e buscariam um consenso do conceito final, sendo tal processo realizado no CC. Ou seja, o CC continha um caráter qualitativo e, dentro desse aspecto avaliativo, buscou-se apreender essas relações com a EF.

[1] Este texto não contou com apoio financeiro para sua realização.

METODOLOGIA

A pesquisa se caracteriza por uma abordagem qualitativa e com o tipo de estudo etnográfico. O método qualitativo objetiva compreender o objeto científico e transformá-lo qualitativamente (TRIVIÑOS, 2015). Essa investigação, assim como o estudo etnográfico, é um importante processo para revigorar as relações empíricas da EF (GAYA; 2008).

Este estudo foi realizado em duas Escolas (A e B) localizadas no município de Santa Cruz do Sul, integradas dentro dessa proposta por atender aos horários de investigações do pesquisador. Em cada uma delas, foi contemplada uma turma do EMP, durante três meses do ano de 2016. Dentro de cada escola, foi agregado um docente de EF e discentes da turma, além de um professor da equipe diretiva. As técnicas utilizadas para a coleta, organização e análise dos dados foram as observações participantes dos CC e aulas, as entrevistas semiestruturadas e as leituras de documentos institucionais das escolas.

RESULTADOS

O EMP afirmava a realização de uma avaliação emancipatória, porém, os docentes das Escolas A e B não tinham apreendido tal processo, apesar desta política já se encontrar no seu último ano de vigência (ENTREVISTAS, 2016). Entretanto, tanto os discentes quanto os professores das equipes diretivas de ambas as instituições, afirmaram pressupostos conceituais avaliativos que se integrariam dentro do específico formato do EMP: "*esta avaliação emancipatória coloca a avaliação do aluno para verificar a questão da aprendizagem do conteúdo, não necessariamente quando vai haver uma recuperação, por exemplo*" (ENTREVISTA, 2016). Já para a discente da Escola A (ENTREVISTA, 2016), *"a avaliação não é uma coisa para provar aos professores, é para nós mesmos (alunos), se a gente está entendendo"*.

Conforme o documento desta política, a avaliação deveria, prioritariamente, focar num dos seus principais objetivos: facilitar as aprendizagens estudantis, respeitando as diferentes construções de conhecimentos e os seus distintos estágios de saberes (RIO GRANDE DO SUL, 2011). Mas como apreender e oportunizar isso na prática das aulas de EF, nessa proposta de avaliar inicialmente em formato conceitual e, após, integrando as disciplinas dentro do CC?

É interessante constatar que essa política formalizou a EF inserida junto com a área de linguagens. Conforme os planos de estudos do componente nas Escolas A e B, ambas salientavam a importância desse processo, agregada ao contexto do âmbito da cultura corporal ser massificada. Entretanto, havia distorções conceituais sobre essa relação, conforme exposto pelo supervisor pedagógico da Escola A: "*como é que o professor de Educação Física, lá na quadra de basquete dele, de futebol, ele vai trabalhar a língua portuguesa, literatura e língua estrangeira? Existe isso? Não existe!"* (ENTREVISTA, 2016).

Como os CC seriam entre as áreas de conhecimentos separadas, na prática, o EMP e as escolas necessitariam ofertar aos docentes um planejamento integrado antes de realizar qualquer ação. De acordo com Silveira e Pereira (2015), se o segundo e o último momento desta avaliação seriam por área de conhecimento, haveria de ter um planejamento coletivo anterior. Mas como esse pressuposto seria realizado dentro das escolas públicas, marcadas cada vez mais pelo caráter da precarização do trabalho docente?

Segundo o regimento do EMP, o CC seria um momento para qualificar mais as aprendizagens e o processo educativo, permitindo que se constituísse, de fato, um ambiente reflexivo sobre os processos pedagógicos (RIO GRANDE DO SUL, 2012).

O EMP expressava os resultados finais por meio de três conceitos: Construção Satisfatória da Aprendizagem (CSA); Construção Parcial da Aprendizagem (CPA); e Construção Restrita da Aprendizagem (CRA). O discente teria que atingir alguma destas apreciações na avaliação no primeiro momento, realizado dentro do componente. Após, dentro do CC, os docentes das respectivas áreas de conhecimentos fariam um trabalho visando o consenso final de um único conceito a cada discente, que representaria toda a área de conhecimento. Ou seja, no boletim, apareceriam somente os conceitos finais de cada área de conhecimento, sem expressar os dos componentes. Tal pressuposto causou inúmeras confusões conceituais entre as comunidades empíricas, em virtude de pais, uma grande parcela dos docentes e sociedade, não entenderem os significados dos conceitos e terem uma visão de projetar a avaliação com sentido quantitativo (DIÁRIO DE CAMPO).

Na Escola A, antes da realização do CC, cada discente teve que responder algumas questões (o que estaria bom, sugestões de melhorias e o que seria péssimo) relativas ao término do trimestre. Algumas das respostas coletadas pela equipe diretiva foram lidas no

início do CC. Ressalta-se que esta foi à única forma de participação dos alunos, fato contraditório entre os pontos apresentados no PPP.

Entre as críticas descritas pelos sujeitos e lidas no início do CC da Escola A, muitas entoavam aspectos relativos à precarização do trabalhador docente, quando afirmavam que alguns professores chegavam à sala estressados. No ano de 2016, o Estado do Rio Grande do Sul passou por diversas mobilizações contrárias às políticas educacionais, como a greve dos docentes e as paralisações estudantis. Além disso, os professores tiveram seus salários recebidos em formato parcelado. Além do mais, a categoria ainda sofreu com uma política de fechamento de escolas e turmas, ocasionando o desprestígio da própria política do EMP.

A funcionalidade do CC da Escola A tinha o seguinte molde: não havia separação entre os componentes de cada área de conhecimento, ou seja, estavam todos reunidos conforme o tradicional. Assim, cada discente era chamado oralmente pelo supervisor e, após, os docentes, de forma individual, respondiam rapidamente um dos conceitos: CSA ou CRA. Nesse imbróglio, foi constatado que esta comunidade escolar, internamente, ausentou a possibilidade dos discentes receberem o conceito médio, o CPA, em virtude do modelo de recuperação exigido pelo EMP, através dos pareceres descritivos. Entretanto, os discentes afirmaram, numa determinada aula, que, novamente, não tiveram espaços para opinar sobre esta delimitação, indo tal fato na contracorrente da avaliação do EMP, conforme relatou um discente: "*é 8 ou 80*" (DIÁRIO DE CAMPO).

Em virtude da alta demanda de alunos e turmas, os docentes afirmavam rapidamente um dos conceitos de cada aluno e, após, os professores de cada área, junto com a equipe diretiva, delimitavam ligeiramente um conceito final, sem reflexões, baseando-se, principalmente, no seguinte critério: se o aluno atingiu apenas um CRA entre os componentes de cada área de conhecimento, esse mesmo conceito seria o expressado no boletim escolar. Aqui, a avaliação conceitual seguiu pressupostos de uma concepção regulatória.

Quanto à EF, percebeu-se que o docente esteve ausente neste momento, em virtude de estar trabalhando em outro local. Assim, não aconteceu nenhum fato mencionado neste ambiente alusivo aos conhecimentos da cultura corporal, e novamente apreendeu-se, também, que as condições dos trabalhadores de educação estariam sendo prejudicadas para aplicar a funcionalidade do EMP.

Já o CC da Escola B foi organizado por cada componente integrado respectivo a sua área de conhecimento, separada das demais por salas e seguindo o exigido pelo EMP. Entretanto, nesta condição se averiguou uma contradição dentro desta política: o supervisor escolar era obrigado a estar presente nos conselhos, mas como estaria em diferentes salas e áreas ao mesmo tempo?

Sendo assim, tal profissional elencou um docente por cada área de conhecimento como o responsável para mediar este momento. Novamente foi compreendido que os docentes, mesmo estando separados das demais áreas, não tinham tempo amplo para refletir ou discutir sobre algum conceito final dos discentes, em virtude da alta demanda de alunos e turmas, sobrecarregados pelos ofícios do trabalho docente. Nesse caso, às vezes se realizava uma proposta de definir o conceito final seguindo a concepção somativa.

Da mesma forma que na Escola A, foi constatado que o docente de EF da Escola B esteve ausente do CC por causa do caráter estrutural. Isso se explica, pois o mesmo estaria fazendo a arbitragem de jogos escolares durante o próprio andamento do CC. Aqui, novamente, a voz e as possíveis constatações pertinentes à área estiveram silenciosas e invisíveis, se assemelhando com a (des)importância que a área subentendia o CC dentro do seu período reducionista.

CONCLUSÕES

Dentro do apreendido, se constatou que o momento dos CC ainda não foi assumido como um tempo e um espaço qualitativos na EF. Muitas vezes, o seu formato executa vivências quantitativas e sem uma transformação do seu cerne burocrático. A pesquisa compreendeu que ambas as Escolas não tiveram os docentes do componente presente nos CC, em virtude, principalmente, do caráter estrutural. As condições do trabalhador docente não contribuíram para a materialização de uma abordagem emancipatória.

É importante ressaltar a avaliação do EMP seria um movimento contra-hegemônico, visando obter formatos transformadores. Desse modo, o docente de EF, ao não apresentar critérios avaliativos coesos, deixa de ter certa legitimidade perante os demais, assim como do próprio componente.

THE INVISIBLE AND VOICELESS EDUCATION IN THE CLASS PERFORMANCE EVALUATION

ABSTRACT

This article aims to analyze the presence and the contribution of Physical Education in the class performance evaluation in the Polytechnic High School. The study presents, as methodology, a qualitative approach, an ethnographic study. The research allows us to comprehend that the teachers had a lot of difficulties to understand and apply the Polytechnic High School Evaluation, beside this, because of structural issues, the teachers were absent in the class performance evaluation.

Keywords: Class performance evaluation; Polytechnic High School.

LA EDUCACIÓN INVISIBLE Y SIN VOZ EN LOS CONSEJOS DE CLASES

RESUMEN

El objetivo del artículo es analizar la presencia y contribución de la Educación Física en consejos de clases dentro de la Educación Secundaria Politécnica. El estudio contiene un enfoque metodológico cualitativo, con el tipo de estudio etnográfico. La investigación permite comprender que docentes tuvieron dificultades para comprender y aplicar la evaluación de la Educación Secundaria Politécnica, además, por motivos de orden estructural, los profesores estuvieron ausentes de consejos de clases.

Palabras claves: Consejos de clases; Educación Secundaria Politécnica.

REFERÊNCIAS

HOFFMANN, J. *Avaliar para promover*: as setas do caminho. 15. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

GAYA, A. Desenhos metodológicos I: Etnografia, estudo de caso(s) e pesquisa-ação. In: Adroaldo G. et *al*. *Ciências do movimento humano*: introdução à metodologia da pesquisa. Porto Alegre: Artmed, 2008; p. 99-104.

RIO GRANDE DO SUL. *Proposta pedagógica para o ensino médio politécnico e educação profissional integrada ao ensino médio* – 2012-2014. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br/dados/ens_med_regim_padrao_em_Politec_II.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. *Regimento Padrão do Ensino Médio Politécnico.* Parecer CEED n. 310/2012. Porto Alegre, 2012. Disponível em:

http://servicos.educacao.rs.gov.br/dados/ens_med_regim_padrao_em_Politec_I.pdf. Acesso em dez. 2016.

SILVEIRA, É. S; PEREIRA, M. V. O ensino médio politécnico gaúcho: vozes dissonantes sobre a avaliação conceitual e os índices de aprovação/reprovação. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 12., 2015, Curitiba. *Anais*… Curitiba: EdiPUCPR, 2015. p. 23426-23438.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*: a pesquisa qualitativa em educação. 23. reimp. São Paulo: Atlas, 2015.